
Integração dos emigrantes portugueses no mercado de trabalho

Determinantes do processo a partir da análise ao rendimento médio bruto

Mariana Guerra

ISEG, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

OEm Working Papers

08

outubro de 2021

Após décadas de invisibilidade, a emigração portuguesa voltou ao centro das atenções, mediante o crescimento exponencial de saídas, a partir da década de 2010. Atendendo a esta nova realidade emigratória, procura-se neste estudo apurar quais os fatores que atuam como determinantes do processo de integração dos novos emigrantes nos países de destino. Para tal, procedeu-se a uma análise quantitativa, tendo por base dados do projeto de investigação REMIGR, que permitiu apurar o peso de um conjunto de fatores no processo de integração, sendo eles: idade, género, qualificações, capital social, tempo de estadia e língua oficial do país de destino.

Palavras-chave Emigração, integração, mercado de trabalho, rendimento.

Title Portuguese emigrants' integration process:

Determinants of the process from the analysis of the average gross yield.

Abstract After decades of invisibility, the Portuguese emigration went back to be the center of attention, due to the exponential growth in the number of departures, since the 2010 decade. Regarding this new emigratory reality, this study tries to find the determinants of the Portuguese emigrants' integration process. To do so, a quantitative analysis was carried on, based on data from the REMIGR research project, which provided a look over the influence of each factor in integration process, with the factors being: age, gender, qualifications, social capital, years of residence and official language of the destination country.

Keywords Emigration, integration, labour market, income.

Receção 21 de fevereiro de 2021

Aceitação 21 de maio de 2021

Divulgação pública autorizada

O Observatório da Emigração incentiva a divulgação de seu trabalho. É permitido copiar, descarregar ou imprimir este conteúdo para uso pessoal e profissional, bem como incluir excertos desta publicação em documentos, apresentações, blogues, sítios e materiais de ensino, desde que o Observatório da Emigração seja devidamente identificado como fonte.

Notação

Nas publicações do Observatório da Emigração usa-se a notação anglo-saxónica dos números: os milhares são separados por vírgulas e as casas decimais por pontos.

Observatório da Emigração

Av. das Forças Armadas, ISCTE-IUL, 1649-026 Lisboa, Portugal

Tel. (CIES-IUL): + 351 210464018

E-mail: observatorioemigracao@iscte.pt

www.observatoriodaemigracao.pt

Índice

Índice de quadros, gráficos e mapas	4
Introdução	5
1 Teorias sobre migrações	7
1.1 Teorias sobre integração no mercado de trabalho.....	7
2 Nova emigração portuguesa	10
3 Metodologia	13
3.1 Inquérito REMIGR	13
3.2 Hipóteses de estudo	13
3.3 Variáveis em estudo.....	14
4 Discussão de resultados	16
Notas finais	20
Referências bibliográficas	22
Anexo (quadros).....	24

Índice de quadros, gráficos e mapas

Quadros

Quadro A1	Operacionalização das variáveis	24
Quadro A2	Fatores determinantes do rendimento médio bruto	25
Quadro A3	Variação do rendimento médio bruto, em euros, por país	25

Gráficos

Gráfico 1	Estimativas das saídas totais de emigrantes portugueses, 2000-2019	12
Gráfico 2	Saldo migratório em Portugal, 2009-2019	12
Gráfico 3	Rendimento bruto dos inquiridos.....	15
Gráfico 4	Rendimento bruto dos inquiridos, por sexo.....	19
Gráfico 5	Rendimento médio bruto, em média, por grau de escolaridade	19

Introdução

O presente *Working Paper* foi desenvolvido com base na dissertação *Determinantes do Processo de Integração dos Emigrantes Portugueses no Mercado de Trabalho: Uma análise a partir do Rendimento Médio Bruto*,¹ publicada no final de 2019. Quer isto dizer que a realidade migratória considerada no desenvolvimento do estudo difere da nova realidade, onde somos obrigados a ter em conta um novo fator no estudo dos movimentos migratórios: a pandemia mundial causada pelo vírus covid-19.

Sendo ainda um tema em estudo, prevê-se que num mundo pós-pandémico a migração mundial continue a crescer e a ter um peso elevado nas dinâmicas populacionais dos demais países, mas estima-se também que, em muitos casos, a emigração legal dê lugar a um aumento da emigração ilegal, pela falta de condições sociais e económicas dos migrantes (Chamie, 2020).

Dito isto, importa saber que a nova emigração portuguesa se enquadra num contexto migratório onde os movimentos são cada vez mais seletivos, acelerados e diversificados: seletivos porque nem todos possuem os meios necessários para migrar (Haas, 2007); acelerados porque os volumes de migrantes são crescentes e cada vez mais significativos, prevendo-se que assim continue num futuro próximo (Chamie, 2020); e mais diversificados porque o perfil dos migrantes tem vindo a alterar-se com o passar do tempo, algo que se verifica na nova era de emigração portuguesa (Peixoto *et al.*, 2016).

O futuro ditará se esta continuará a ser a realidade migratória. Porém, em qualquer cenário, os fluxos migratórios terão sempre uma elevada relevância no desenvolvimento da sociedade mundial. Neste sentido, Portugal não é exceção: “(...) é virtualmente impossível pensar em Portugal sem abordar a emigração e a imigração e a forma como, em conjunto, modelaram a sociedade portuguesa ao longo do último século” (Góis & Marques, 2018).

Assim se detona a importância dos movimentos de entrada e saída do país, sendo que, a partir de 2011, no rescaldo da crise da dívida soberana, os fluxos de saída iniciaram uma tendência crescente, dando então o ponto de partida para a vaga de novos emigrantes portugueses. Sobre estes novos emigrantes, sabe-se que procuravam fugir do cenário macroeconómico que se fazia sentir no país de origem e deixavam-se aliciar pela possibilidade de atingir maior bem-estar, por via pessoal e profissional. Os mesmos descobriram novos destinos fora da União Europeia, nomeadamente Angola, Brasil e Moçambique.

¹ Guerra, Mariana (2019). Disponível aqui.

Partindo desta nova realidade, surge a questão central do estudo: como se integram estes novos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro? A relevância desta questão prende-se com o facto de a integração no mercado de trabalho ser vista como um dos principais pilares da integração dos migrantes nos países de destino (OCDE, 2017). Desta forma, procura-se compreender e apurar quais são, então, os fatores que poderão explicar o processo de integração dos novos emigrantes, medido através do seu rendimento médio bruto. Para a estimação do modelo, recorrer-se-á à base de dados do projeto de investigação *Retorno ao Futuro: a Nova Emigração e a Relação com a Sociedade Portuguesa* (REMIGR), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que decorreu entre 2013 e 2015, que permitiu a recolha de informação detalhada sobre os novos emigrantes (Peixoto *et al.*, 2016).

Em termos de estruturação, o presente estudo encontra-se subdividido em quatro pontos: (1) teorias sobre migrações; (2) nova emigração portuguesa; (3) metodologia, e (4) discussão de resultados.

1 Teorias sobre migrações

1.1 Teorias sobre integração no mercado de trabalho

As primeiras teorias sobre migrações e a sua relação com o mercado de trabalho, onde encontramos por exemplo a teoria económica neoclássica e a nova economia das migrações, olhavam para a migração como uma decisão que partia da racionalidade individual do agente económico que visa a maximização do retorno do seu capital. Esta visão condicionada do ato migratório, em que só se olhava para um prisma económico e racional, de maximização de retorno financeiro, ocultava uma realidade onde vários contextos se interrelacionam e contribuem para a relação do migrante com o mercado de trabalho do seu país de destino.

Dito isto, outras teorias começaram a surgir, que vieram tentar colmatar uma das principais críticas às teorias clássicas assentes na perspetiva económica: quando se analisa o comportamento dos indivíduos, importa considerar não só os seus objetivos económicos de maximização da sua utilidade, como também os fatores sociais que influenciam toda a conjuntura da tomada de decisão (Portes, 1995). É com esta mudança de pensamento que se dá o surgimento da teoria das redes sociais, assente no conceito de redes sociais, sendo estas definidas como “pontes sociais que atravessam fronteiras nacionais” (Portes, 1995). Em suma, trata-se de estruturas sociais estabelecidas por indivíduos que se conectam através de laços familiares, culturais e/ou afetivos. Estas estruturas, por sua vez, são uma forma de capital social, na medida em que permitem aos indivíduos o acesso a oportunidades, essencialmente imateriais que, sem estas redes não lhes seriam proporcionadas.

Assim, para Alejandro Portes, quando pensamos no processo de integração dos migrantes no mercado de trabalho, devemos considerar vários fatores de integração, entre eles: tempo de estadia, capacidade de transferir competências e, acima de tudo, o contexto social dos indivíduos. Segundo o autor, o sucesso do processo de integração dos migrantes no mercado de trabalho depende do seu capital social (e não apenas do capital humano) e das redes sociais onde estes se inserem. Portes (1995) define três níveis de assimilação, dando assim forma à sua teoria da assimilação segmentada. No primeiro nível, o capital social e os recursos dos indivíduos são mais elevados e isso potencia uma ascensão social, o que significa que os indivíduos conseguem penetrar, sem constrangimentos, na sociedade de destino, e assimilar a cultura que os recebe, sendo que a sua cultura também é respeitada. A nível do mercado de trabalho, há também uma integração harmoniosa, sendo que os migrantes conseguem assumir profissões semelhantes à dos nativos (Portes & Zhou, 1993). O segundo nível de assimilação refere-se aos enclaves étnicos, caracterizados por pequenos empresários

que abrem o seu próprio negócio no país de destino e/ou se inserem em negócios de imigrantes pré-instalados no país de origem. Neste caso, verifica-se um “rápido avanço econômico com uma preservação deliberada dos valores da comunidade imigrante e uma forte solidariedade” (Portes & Zhou, 1993). Finalmente, no último nível, os recursos e o capital social dos migrantes são os mais reduzidos e isso potencia a sua integração num grupo social de “subclasse” (Portes & Zhou, 1993). Nestes casos, prevalece a pobreza, a discriminação social, o desemprego, a criminalidade e a exploração, perpetuando-se entre gerações.

Dentro deste conceito de redes sociais, encontramos também um outro conceito de força dos laços sociais. Granovetter (1973) olha para as interações entre indivíduos, através dos laços sociais que partilham e da sua força. Segundo o autor, “a força de um laço é uma combinação da quantidade de tempo, da intensidade emocional, da intimidade (...) e de serviços recíprocos que caracterizam o laço” (Granovetter, 1973). Daqui decorre a dicotomia entre laços fortes e fracos, sendo os primeiros caracterizados por relações mais longas (por exemplo, familiares), onde as partes envolvidas se conhecem bem; já os laços fracos caracterizam-se por interações pouco frequentes e com menor intimidade/proximidade (por exemplo conhecidos) (Peixoto & Egreja, 2012).

Em termos de integração no mercado de trabalho, a força dos laços também como um fator relevante, na medida em que os laços fracos, comparativamente aos fortes, aparentam ser mais vantajosos, uma vez que há maior difusão de informação entre as partes (Granovetter, 1973). Não descurando a importância dos laços, a sua ausência mostra-se igualmente relevante, sendo que a entrada dos migrantes nas grandes empresas parte sobretudo de respostas a anúncios (Peixoto & Egreja, 2012).

Também relevante para o estudo do processo de integração dos migrantes, é o tempo de estadia no país de destino. Chiswick (1978) percebe, desde cedo, esta importância e coloca-a no centro da sua teoria. Para o autor, o processo de integração assemelha-se a uma função quadrática em formato de U: o migrante, ao chegar ao país de destino, sofre uma quebra no seu status socioprofissional, mas com o tempo e investimento começa a evoluir para a sua posição inicial (Chiswick, 1978; Chiswick *et al.*, 2005). Existem, contudo, algumas exceções à regra. Por exemplo, se o migrante partir de um país de origem que partilha a mesma língua oficial do que o país de destino, então ele conseguirá, mais facilmente, transferir as suas competências e, consecutivamente, o seu declínio no status socioprofissional não será tão acentuado, ou poderá mesmo não existir.

Chiswick (1978) demonstra, no seu estudo, que o tempo de estadia no país de destino é um fator significativo para explicar o rendimento dos migrantes, sendo que, com o tempo e com uma forte motivação, esse rendimento aumenta. Denote-se, contudo, que o tempo, *per se*, não resolve os problemas de integração: o tempo apenas dá tempo para que os migrantes aprendam a língua, os costumes e o funcionamento do mercado de trabalho do seu país de

acolhimento, fatores cruciais para a subida do status socioprofissional. A capacidade de transferência de competências, as qualificações, a idade dos migrantes e as redes sociais são outras variáveis significativas para a integração dos migrantes no mercado de trabalho. Para o autor, quanto maiores as qualificações/competências, menor a idade e mais fortes as redes sociais, maior o sucesso do processo de integração dos migrantes (Chiswick *et al.*, 2005).

A questão da idade é-nos também trazida por outro conjunto de autores. Segundo o modelo do capital humano, a decisão migratória deve partir de uma análise custo-benefício a longo prazo, uma vez que o retorno dos investimentos no capital humano dificilmente se fará notar no curto prazo (Peixoto, 2004). Assim, poderemos assumir que pessoas mais jovens são mais propensas a fazer este tipo de investimentos porque “a sua esperança média de vida mais elevada aumenta o valor presente do retorno esperado do investimento adicional relativamente a grupos mais velhos” (Sjaastad, 1962).

Relativamente ao género, as teorias oferecem-nos também uma perspetiva da importância deste fator para a integração do migrante no mercado de trabalho. A migração no feminino tem-se vindo a tornar cada vez mais independente, sendo que o retorno das qualificações, após a emigração, mostra-se por vezes superior no caso das mulheres, face aos homens (Adsera & Chiswick, 2007). Porém, Ronald Oaxaca (1973) aponta para as diferenças salariais entre homens e mulheres, que decorrem do posicionamento das mulheres em trabalhos com salários mais baixos e dos efeitos da discriminação de género. Segundo a Comissão Europeia (2017), “mulheres imigrantes são um recurso subutilizado de competências e criatividade”, apontando-se para o facto de as mulheres atravessarem maiores dificuldades no seu processo de integração no mercado de trabalho.

2 Nova emigração portuguesa

Portugal apresenta o que poderá ser denominado de regime migratório misto, uma vez que combina, desde sempre, movimentos de entrada e saída de indivíduos (Peixoto, 2007). Contudo, apesar desta simultaneidade de fluxos, que se verifica até aos dias de hoje, é possível identificar fases onde o número de saídas superou o número de entradas ou vice-versa. À fase que teve começo após a crise económica de 2008, dá-se a denominação de nova emigração portuguesa e mostra-nos uma realidade onde os valores de emigração superaram os valores de imigração.

Assim que se dá a crise económica mundial em 2008 e, de seguida, se começam a notar os sinais de enfraquecimento do modelo económico dos países da Europa do Sul, os valores de emigração portuguesa começam a ganhar força (Malheiros, 2011). Com a crise da dívida soberana, em 2011, muitos portugueses viram-se obrigados a votar com os pés, *i.e.*, a abandonar o seu país de origem, fugindo assim de toda a conjuntura económica negativa que se fazia sentir na altura (Triandafyllidou & Gropas, 2014). Contrariamente, estes emigrantes, deixavam-se atrair pela possibilidade de atingir maior satisfação pessoal (ex.: maior proteção social) e profissional (ex.: possibilidade de progressão na carreira), nos países de destino (Cerdeira et al, 2016).

O gráfico 1 permite ilustrar o peso daqueles que votaram com os pés: a partir de 2011 e até 2014, o número de saídas assume uma tendência de crescimento, sendo que atinge um pico entre 2013 e 2014. A partir de 2014, verifica-se uma “tendência de descida sustentada” desses mesmos valores (Pires *et al.*, 2018).

Em termos numéricos, o somatório do valor total de saídas entre 2011 e 2014, permite-nos apurar que, durante o período de referência, registaram-se mais de 40 mil saídas – o que claramente evidencia o peso da nova onda emigratória. Da mesma forma, uma breve análise ao saldo migratório (ver gráfico 2) permite verificar que, entre 2011 e 2016, o número de saídas superou o número de entradas, atingindo um pico entre 2012 e 2014.

Assumindo a sua importância na década passada, a nova emigração portuguesa ficou marcada, não só pelos elevados valores, como também por uma metamorfose no perfil dos novos emigrantes. Em linhas gerais, o novo emigrante caracteriza-se por ser mais qualificado do que o emigrante das décadas de 1960/70 e com igual probabilidade ser homem ou mulher (Cerdeira *et al.*, 2016; Oliveira & Neves, 2017).

Mais dados sociodemográficos podem ser encontrados sobre estes novos emigrantes. Estudos mostram também que, relativamente à idade, a emigração dentro do espaço europeu tende a ser mais jovem, ao contrário da emigração para fora da Europa (Peixoto *et al.*,

2016). Não ignorando que, continuam a persistir saídas de emigrantes de todas as faixas etárias e que, o conjunto dos emigrantes, a par da realidade dos residentes, atravessa um processo de envelhecimento (Góis & Marques, 2018; Pires *et al.*, 2018).

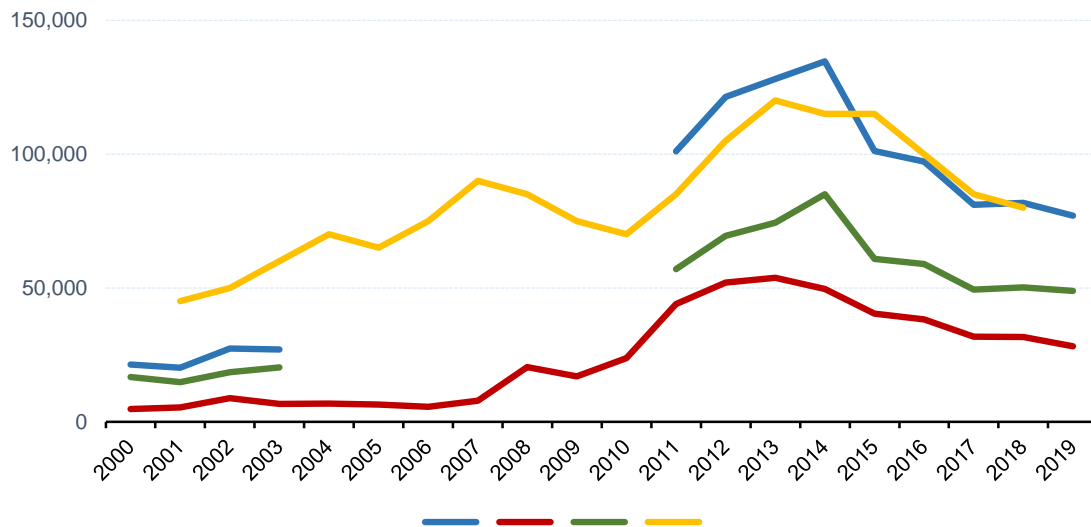
Relativamente à distribuição por sexo, segundo dados do projeto REMIGR, a emigração no feminino encontra-se mais presente nos países europeus do que fora da Europa, embora tenha vindo a aumentar ao longo dos últimos anos. Os autores (Peixoto *et al.*, 2016) encontram justificação para esta dicotomia no facto de os países europeus serem destinos consolidados da emigração portuguesa, o que incrementa os reagrupamentos familiares e as emigrações em família. Por outro lado, nos países fora da Europa, a inserção profissional em “setores de atividade tendencialmente mais masculinizados”, a insegurança e a precariedade dos serviços públicos são apontadas como fatores que retraem a emigração no feminino (Peixoto *et al.*, 2016).

Sobre as qualificações dos novos emigrantes, importa começar por referir que o panorama português se alterou bastante, uma vez que a população portuguesa mostra-se cada vez mais escolarizada. Atendendo a esta mudança estrutural, faz sentido que o mais recente fluxo emigratório seja visto como o mais qualificado de sempre, já que toda a população é também a mais qualificada de sempre (Oliveira & Neves, 2017). Porém, errar-se-á ao assumir que o fluxo emigratório, como um todo, é altamente qualificado, pois a realidade espelha uma clivagem. Por um lado, existe um fluxo de emigrantes mais jovens, mais qualificados, que migram para novos destinos, dentro e fora da Europa (ex.: Reino Unido, Angola e Brasil); e, por outro lado, existe um fluxo maioritário de emigrantes mais velhos, com menos qualificações, que partem para países considerados destinos tradicionais da emigração portuguesa (ex.: Luxemburgo e França) (Cerdeira *et al.*, 2016; Peixoto *et al.*, 2016).

Em termos de integração no mercado de trabalho, dados do projeto REMIGR permitem evidenciar uma primazia dos casos de emigrantes em situação de empregabilidade (86,8% da amostra), sendo que apenas 3,8% se encontra em situação de desemprego.

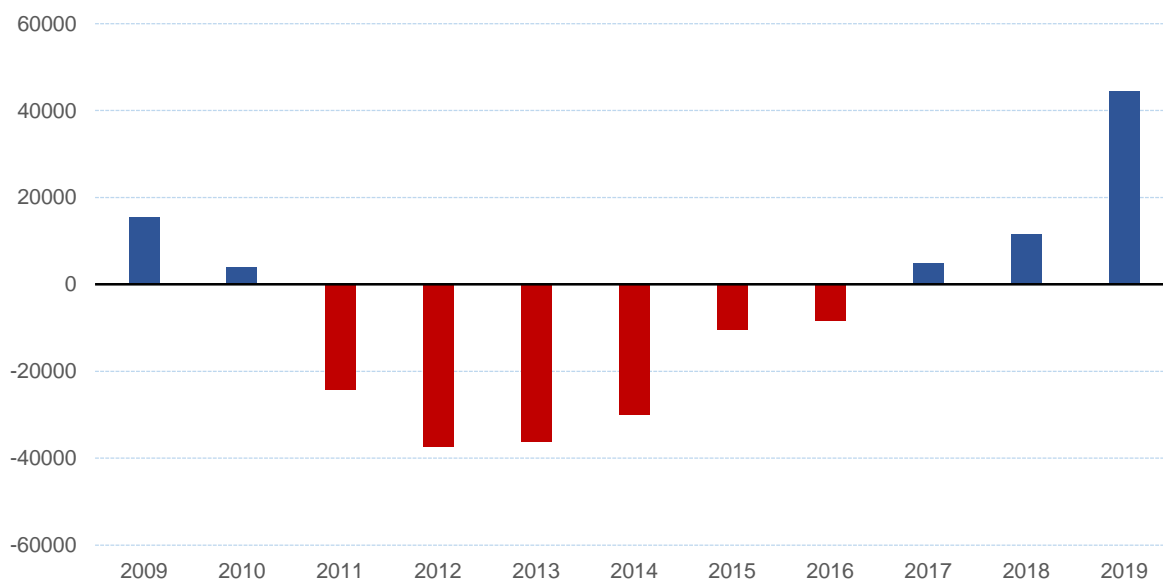
Em termos de inserção profissional, a nova emigração portuguesa assume um perfil dicotómico: por um lado, temos um segmento de emigrantes menos escolarizado, que se insere em categorias profissionais menos qualificadas (por ex.: construção civil e indústria); e por outro, temos um grupo crescente de emigrantes que se inserem em categorias profissionais que exigem maior qualificação, nomeadamente qualificação superior (por ex.: especialistas das profissões intelectuais e científicas) (Malheiros, 2011; Oliveira & Neves, 2017). Ainda dentro do nível ocupacional, verifica-se que os novos emigrantes tendem a apresentar um percurso estacionário, ou seja, mantêm-se classificados no mesmo grupo profissional, mesmo depois do ato migratório, embora o mesmo garanta, *a priori*, um aumento no rendimento auferido pelos mesmos no país de destino, face ao país de origem (Peixoto *et al.*, 2016).

Gráfico 1 **Estimativas das saídas totais de emigrantes portugueses, 2000-2019**



Fonte Gráfico elaborado pela autora, valores do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Observatório da Emigração (OEm).

Gráfico 2 **Saldo migratório em Portugal, 2009-2019**



Fonte Gráfico elaborado pela autora, valores do INE.

3 Metodologia

3.1 Inquérito REMIGR

Para efeitos de estatística, recorreu-se aos dados do projeto REMIGR, disponibilizados pelo Observatório da Emigração, para o desenvolvimento do modelo de regressão linear múltipla. Os dados terão sido obtidos através de inquéritos por questionário *online* e em papel, somando um total de 6086 casos válidos para estudo.

Algumas limitações poderão ser apontadas à base de dados em questão, nomeadamente: a incapacidade de extrapolar a amostra, uma vez que não é representativa da realidade emigratória, visto que evidencia uma amostra maioritariamente qualificada; a elevada percentagem de respondentes emigrados no Reino Unido pode causar um efeito de enviesamento dos resultados; a análise agregada dos países não permite transparecer a heterogeneidade que lhes é intrínseca e, finalmente, não se poderá apurar se as respostas são afetadas por fatores contextuais ou se resultam, simplesmente, de características individuais (Peixoto *et al*, 2016).

Do lado das vantagens, encontra-se o elevado número de casos que, apesar de não garantir a representatividade da amostra, mostra-se substancial para um estudo sobre migrantes (N=6082); o elevado número de variáveis (mais de 100), que permite uma profunda análise sobre a amostragem; a abrangência espacial do inquérito, permitido pela sua aplicação *online*, que inclui mais de uma centena de países; e, ainda, a aplicação complementar do inquérito de modo presencial, promovido por equipas que se deslocaram ao terreno, em seis países de estudo (Luxemburgo, França, Reino Unido, Angola, Brasil e Moçambique).

3.2 Hipóteses de estudo

Com base no enquadramento teórico apresentado nos pontos 2 e 3 do presente *Working Paper*, desenvolveram-se seis hipóteses de estudo a testar:

- H1 Mulheres emigrantes auferem um menor nível de rendimento, face aos homens emigrantes.
- H2 Quanto mais jovens, maior o nível de rendimento dos novos emigrantes portugueses.
- H3 Quanto maior o tempo de estadia no país de destino, maior o nível de rendimento dos novos emigrantes portugueses.

- H4 Quanto maior o capital social, maior o nível de rendimento dos novos emigrantes portugueses.
- H5 Emigrantes com ensino superior apresentam um nível de rendimento acima dos emigrantes sem escolaridade ou com um nível de escolaridade abaixo do ensino superior.
- H6 Emigrantes a residir em países de língua oficial portuguesa apresentam um nível de rendimento superior aos emigrantes a residir em países de língua oficial estrangeira.

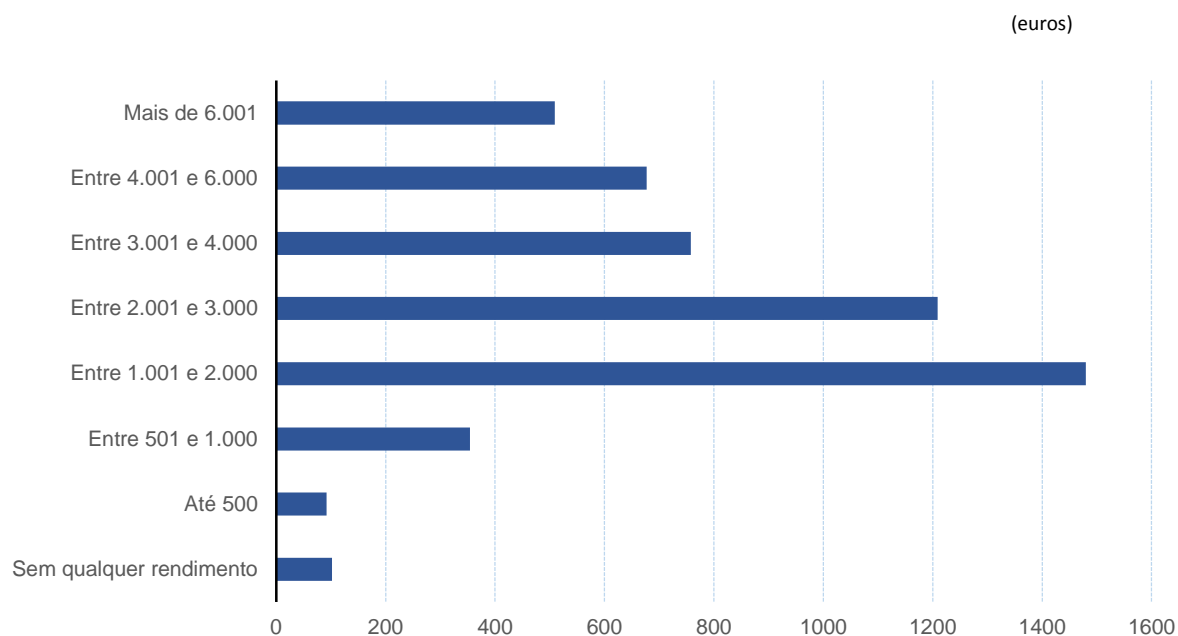
3.3 Variáveis em estudo

No presente estudo, recorrer-se-á à variável que mede o rendimento médio bruto dos inquiridos, em euros, no país de destino como *proxy* para a medição da integração dos mesmos no mercado de trabalho.

Posto isto, e tendo em conta a base REMIGR, a variável “Em relação ao seu rendimento mensal bruto, poderia indicar o valor médio que recebia antes de emigrar e o valor médio que recebe atualmente? (por favor, faça a conversão aproximada para euros) – Atualmente” [RMB] entrará no modelo de regressão como variável dependente.

Sobre a estatística da variável, importa referir que esta se encontra subdividida em oito categorias ordinais, sendo o ponto 1 correspondente a “Sem qualquer rendimento” e o ponto 8 a “Mais de 6.001 euros”. A distribuição por categorias encontra-se representada no gráfico 3, onde se pode verificar que maior parte dos emigrantes se situa nas categorias 4 (Entre 1.001 e 2.000 euros) e 5 (Entre 2.001 e 3.000 euros).

Em termos de limitações do indicador, destaca-se: os custos de vida divergem entre países; o número de salários, ao ano, varia consoante os países; ao recorrer a esta variável exclui-se uma dimensão mais pessoal e subjetiva de integração, i.e. se os indivíduos se sentem, ou não, verdadeiramente integrados no mercado de trabalho; ao tratar-se de rendimento bruto, e não líquido, excluem-se quaisquer deduções fiscais e/ou contribuições, o que poderia trazer maior eficiência aos resultados; trata-se de um valor médio e, por isso, exclui variações no RMB; a pergunta colocada aos emigrantes não especifica que tipo de rendimento se trata, sendo que estes poderão ter considerado outro tipo de rendimentos no seu cálculo, tais como pensões e/ou subsídios. De forma a contornar esta última limitação, proceder-se-á a uma seleção de casos: a análise estatística do modelo de regressão terá por base apenas os emigrantes em situação de empregabilidade, ou seja, empregados (com ou sem contrato a termo), trabalhadores por conta própria (sem empregados) ou empresários (com empregados). Assim, em termos de amostragem, serão considerados na análise apenas os indivíduos em situação de empregabilidade, o que perfaz 86,8% do total da amostra, equivalente a N=4879.

Gráfico 3 **Rendimento bruto dos inquiridos**

Fonte Gráfico elaborado pela autora, valores do projeto REMIGR.

De modo a obter variáveis independentes de natureza adequada para o modelo, recodificaram-se variáveis originais do projeto REMIGR em quatro variáveis *dummy* e duas numéricas, tendo por base as hipóteses de estudo (ver quadro A1 em anexo).

4 Discussão de resultados

Com o intuito de testar o efeito do conjunto de preditores na integração dos novos emigrantes no mercado de trabalho, medido por via do RMB, em euros, estimou-se um modelo de regressão linear múltipla. Após a estimação do modelo, obteve-se a seguinte equação:

$$RMB = 4,145 + 0,728Sexo - 0,432LinguaOficial + 0,321RedesSociais + 0,031TEstadia - 1,164Escolaridade + 0,026Idade,$$

Apresentam-se, no quadro A2 (ver anexo), as medidas de adequabilidade do modelo e as medidas estatísticas associadas a cada um dos fatores explicativos.

Os resultados da estimação do modelo evidenciam uma correlação de intensidade moderada entre o conjunto de preditores e a variável dependente ($R=0,541$). Quanto ao modelo, este apresenta uma capacidade explicativa de 29% da variação do RMB ($R^2_{ajustado}=0,290$). O modelo, por sua vez, é altamente significativo [$F(6,2209) = 151,972$]; $p=0,000$], sendo possível prever o nível de rendimento médio bruto dos novos emigrantes a partir do conjunto de preditores.

Quanto aos fatores explicativos que constituem o modelo estimado, e considerando um nível de significância de 5%, conclui-se que todas as variáveis explicam significativamente ($p<0,001$) a variação do RMB. Entre todos os preditores, a escolaridade dos emigrantes e o sexo são os fatores com maior capacidade explicativa, sendo que a escolaridade, por si só, explica 11,6% da variação do RMB e o sexo 5,7%. Por outro lado, o tempo de estadia no país de destino e as redes sociais explicam muito pouco a variação do RMB, apresentando uma percentagem explicativa abaixo de 1%.

Relativamente à variável *sexo* ($Beta=0,248$), estima-se que, em média, o RMB das mulheres seja menor comparativamente ao dos homens, mantendo todos os outros fatores constantes. Assim, a par do que a teoria nos diz (Oxaca, 1973), verifica-se que a desigualdade de género afeta, de facto, os *outcomes* do mercado de trabalho, beneficiando o sexo masculino – o que vai de encontro à hipótese em estudo (H1).

Outra conclusão relevante em termos do efeito da desigualdade de género nos rendimentos auferidos, é passível de ser retirada: nos escalões de rendimento mais baixos, as mulheres estão em maior número (ver gráfico 4). Contrariamente, nos escalões mais elevados, especialmente no mais elevado, há uma clara predominância do sexo masculino. Assim, verifica-se aquilo que Oxaca (1973) defende na sua teoria: a desigualdade de género nos rendimentos decorre, em parte, do posicionamento das mulheres em carreias com salários mais baixos.

Quanto à *idade* dos emigrantes ($\text{Beta}=0,157$), e mantendo tudo o resto constante, estima-se que por cada ano de idade haja um aumento no valor médio do RMB de 0,157. Isto induz à refutação da hipótese inicial (H2) que estimava que, quanto mais jovem fosse o emigrante, maior seria o rendimento auferido. Neste sentido, poder-se-á considerar dois argumentos possíveis de apoiar este resultado: (I) tal como referido anteriormente, emigrantes mais jovens tendem a fazer mais e maiores investimentos na sua formação, esperando receber ganhos futuros, o que significa que o seu nível de rendimento tenderá a ser superior no longo prazo (Sjaastad, 1962) e, (II) considerando que o tempo de estadia tem um efeito positivo no RMB, indivíduos com idade mais avançada, que vivam há mais tempo no país de destino, tenderão a auferir maior rendimento face aos emigrantes mais jovens que chegaram mais tarde ao país de destino (Chiswick, 1978).

Em termos de tempo de estadia no país de destino, verifica-se uma relação positiva com a variação do RMB ($\text{Beta}=0,074$). Querendo isto dizer que, segundo o modelo estimado, viver mais um ano no país de destino contribui, mantendo tudo o resto constante, positivamente para o aumento do nível do RMB. Estes resultados vêm dar força à teoria de Chiswick (1978) que defende que o processo de integração tende a harmonizar-se com o passar do tempo.

Quanto às *redes sociais* ($\text{Beta}=0,096$), o modelo estimado induz à refutação da quarta hipótese em estudo, uma vez que emigrantes que tenham recorrido às redes sociais para obter o seu emprego atual no país de destino auferem um nível de RMB inferior aos emigrantes que não recorreram a este tipo de redes.

Dois argumentos poderão ajudar na explicação desta refutação. O primeiro respeita à força dos laços. Uma vez considerados apenas os laços fortes na análise (amigos e familiares), exclui-se o peso dos laços fracos que, segundo a teoria, tendem a representar maior importância na difusão da informação e, consecutivamente, das oportunidades de emprego (Granovetter, 1973; Peixoto & Egreja, 2012). Por outro lado, a teoria também nos diz que, emigrantes que recorrem a processos de recrutamento ou que são destacados pelas empresas tendem a integrar-se nas grandes empresas, o que equivale a um maior nível de rendimento e a trabalhos mais qualificados (Peixoto & Egreja, 2012). Por contraste, são os emigrantes que recorrem a redes sociais, nomeadamente aos laços fortes, que tendem a ser integrados no mercado de trabalho secundário, onde os trabalhos são de baixo rendimento e menos qualificados (Portes, 1995; Portes & Zhou, 1993).

O preditor *grau de escolaridade*, o mais importante para a variação do RMB, apresenta um efeito negativo na variação do RMB ($\text{Beta} = -0,374$), querendo isto dizer que, mantendo tudo o resto constante, estima-se que o RMB dos emigrantes com ensino superior seja maior do que o rendimento dos emigrantes sem escolaridade ou com nível de escolaridade abaixo do ensino superior. Dito isto, não se refuta a quinta hipótese em estudo que previa maior rendimento para os emigrantes mais escolarizados.

Existe, de facto, um retorno positivo associado ao capital humano dos emigrantes (ver gráfico 5). Em média, quanto maior o grau de escolaridade dos indivíduos, maior o RMB auferido. Observa-se, por exemplo, que indivíduos sem escolaridade situam-se abaixo do ponto 4 da escala do RMB (entre 1.001 e 2.000 euros), ao passo que indivíduos com doutoramento situam-se acima do ponto 5, correspondente a um rendimento entre 2.001 e 3.000 euros.

Relativamente à *língua oficial do país de destino* (Beta=-0,142), o modelo estimado prevê que, mantendo tudo o resto constante, emigrantes a residir em países de língua oficial portuguesa auferem um RMB superior face aos emigrantes a residir em países de língua oficial estrangeira. O resultado estimado vai, assim, de encontro à sexta hipótese em estudo, permitindo não a refutar.

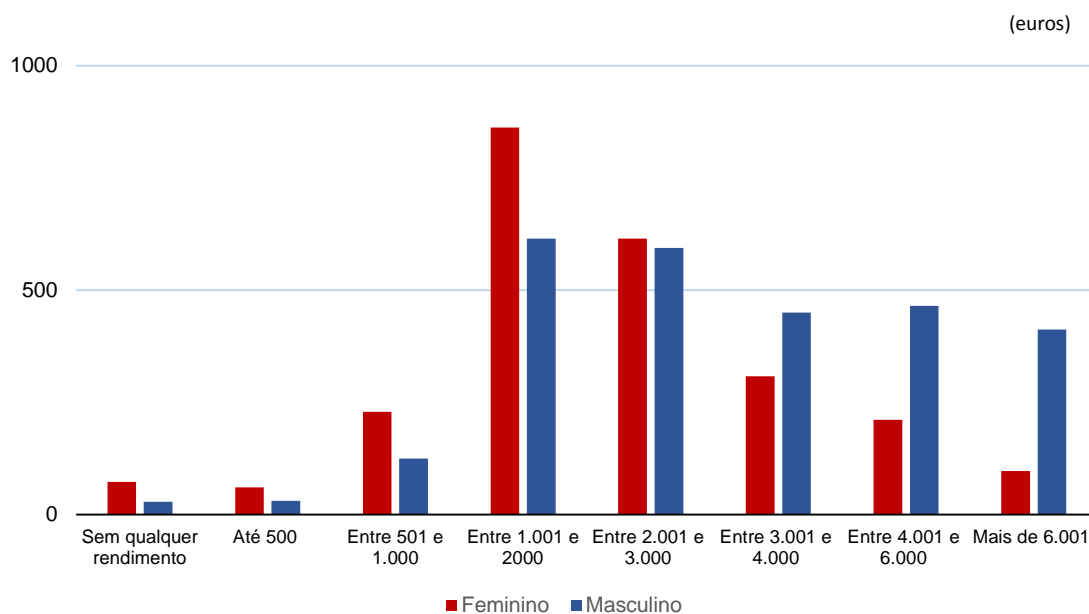
Na análise dos resultados apurados, deveremos ter em conta, contudo, o “efeito Angola” (ver anexo), e a desigualdade de rendimentos, quer no país de origem, quer no país de destino.

Ao analisar a variação do RMB, em função da língua oficial dos países de destino, verifica-se que, em todos os casos, há um ganho associado, mas há um país que se destaca: Angola. Neste último caso, a variação do RMB supera as duas unidades na escala, sendo o país de destino onde o rendimento auferido pelos emigrantes é, em média, mais elevado.

Da mesma forma, verifica-se, através dos resultados apurados pelos autores do projeto REMIGR (Peixoto *et al.*, 2016), que os emigrantes que partiram para países de língua estrangeira, dentro da UE, auferiam, no país de origem, um nível de rendimento inferior ao grupo em contraste. Assim, mesmo verificando-se uma subida acentuada nos ganhos monetários de todos os grupos, o conjunto de emigrantes que partiu para países de língua oficial portuguesa, fora da UE, continuou a auferir um rendimento superior face ao grupo que partiu para países dentro da UE de língua oficial estrangeira.

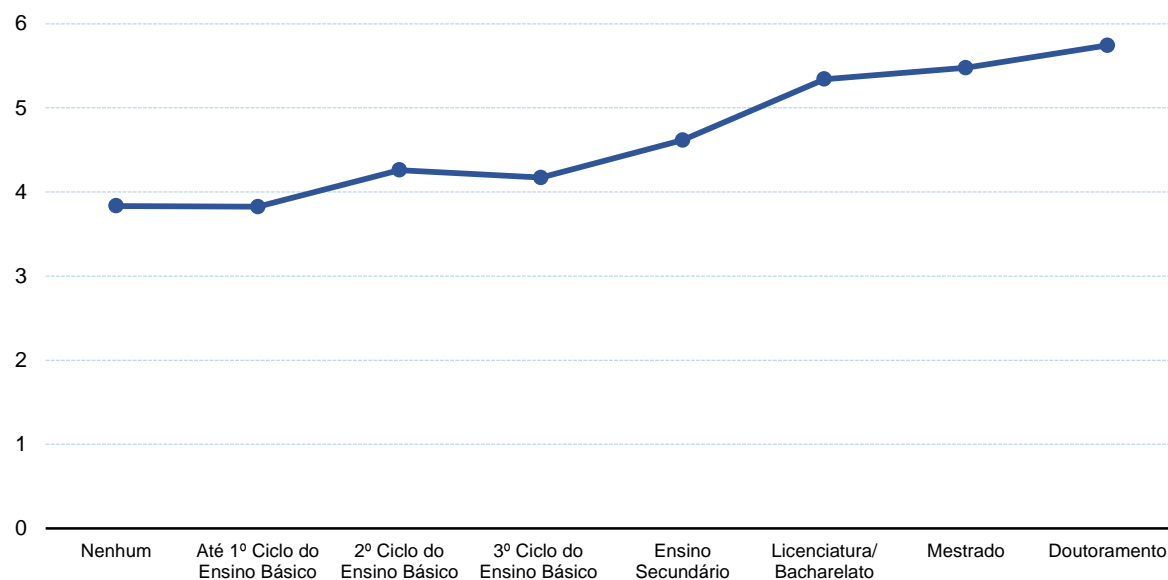
Em suma, das seis hipóteses em estudo, apenas duas foram refutadas: a hipótese que previa que quanto mais jovens os emigrantes fossem, maior seria o seu rendimento e a hipótese que previa que o capital social influenciava positivamente o mesmo rendimento. Relativamente às hipóteses não refutadas, conclui-se que ser homem, viver há mais anos no país de destino, ter ensino superior e residir num país de língua oficial portuguesa são características que influenciam positivamente o processo de integração dos novos emigrantes, medido pelo seu nível de rendimento médio bruto.

Gráfico 4 **Rendimento bruto dos inquiridos, por sexo**



Fonte Gráfico elaborado pela autora, valores do projeto REMIGR.

Gráfico 5 **Rendimento médio bruto, em média, por grau de escolaridade**



Fonte Gráfico elaborado pela autora, valores do INE.

Notas finais

O estudo desenvolvido permitiu concluir que o sexo, a idade, as redes sociais, o nível de escolaridade, o tempo de estadia no país de destino e a língua oficial do país de destino são fatores que impactam significativamente a variação do RMB auferido pelos novos emigrantes portugueses, sendo assim considerados fatores capazes de influenciar o seu processo de integração no mercado de trabalho estrangeiro.

O modelo desenvolvido permitiu ainda concluir que, mantendo tudo o resto constante, um emigrante do sexo masculino, com ensino superior, a viver há mais anos no país de destino e a residir num país de língua oficial portuguesa terá maior capacidade de se integrar do que, comparativamente, uma mulher emigrante, sem ensino superior, a viver há menos anos no país de destino e a residir num país de língua oficial estrangeira.

Fora destas conclusões ficam os fatores associados ao capital social e à idade dos emigrantes, uma vez que as hipóteses subjacentes foram refutadas. Assim, verifica-se que um emigrante que recorra ao seu capital social, nomeadamente aos laços fortes, não auferem, necessariamente, maior RMB do que um emigrante que se aventure sem recorrer ao seu capital social. Da mesma forma, verifica-se que, à partida, emigrantes com idade mais avançada terão maior facilidade de integração e, assim, volta a ser importante referir a ligação da idade com o tempo de estadia e a obtenção, a longo prazo, dos ganhos de investimentos na formação que podem tender a ser feitos em idades mais jovens.

Em termos de impacto dos resultados a nível das políticas a adotar, poder-se-ão salientar alguns caminhos a seguir, quer pelos países recetores, quer pelos países de origem. O primeiro aspeto prende-se com a desigualdade salarial que se verifica quer antes do ato migratório, quer posteriormente. Assim sendo, o trabalho de atenuação da desigualdade salarial entre géneros deve ser um esforço conjunto, quer dos países de origem, quer dos países recetores. Em segundo lugar, e agora focando nos países de destino, a necessidade de oferecer ferramentas que facilitem o acesso a informação básica e essencial para emigrantes com pouco tempo de estadia e que acabam de entrar no mercado de trabalho estrangeiro. Em terceiro lugar, a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem da língua oficial do país, adequados quer ao nível de conhecimento dos migrantes, quer ao tipo de profissão que desempenham (OCDE, 2017). Em quarto lugar, o desenvolvimento de ferramentas que permitam reconhecer, com maior facilidade, as qualificações dos migrantes. E, em quinto lugar, focando agora nos países de origem, ressalva-se a necessidade de desenho e implementação de medidas que procurem promover e criar condições para a retenção dos indivíduos e para atração dos que partiram no passado. No caso português, isto tem vindo a ser desenvolvido

desde a última legislatura, com o *Programa Regressar*, aprovado pelo Conselho de Ministros a 28 de março de 2019, cujos objetivos passam pelo incentivo ao retorno dos emigrantes e lusodescendentes, através de medidas que passam, por exemplo, pela criação de benefícios fiscais para os emigrantes que regressem ao país de origem.

Finalmente, e retomando o modelo em análise no presente estudo, assumem-se as limitações do próprio modelo, nomeadamente ao nível das dimensões analisadas e da amostra em si. Assim sendo, sugere-se o desenvolvimento de novos modelos que tenham por base, não só uma amostra diferenciada (diferentes indivíduos e diferentes países), como também a análise de outras dimensões do processo de integração dos emigrantes no mercado de trabalho estrangeiro como, por exemplo: a mobilidade socioprofissional; sensação de integração dos próprios emigrantes (variável mais pessoal); nível ocupacional; entre outras.

Os resultados induzirão, certamente, a novos caminhos e novos conhecimentos sobre uma área que, embora já explorada, carece de estudos mais recentes e mais aprofundados sobre a integração dos novos emigrantes, quer portugueses, quer de todo o mundo. O que se torna relevante especialmente considerando todas as mudanças que se preveem atendendo ao novo paradigma mundial e às projeções do que será o mundo pós-pandemia. E, assim, de que forma poderá essa nova realidade afetar os fluxos migratórios tal como os conhecemos? E de que forma afetará a integração dos migrantes em países onde esses efeitos se poderão sentir de forma diferenciada? Para já, o presente estudo não nos permite responder a estas questões, mas poderá servir de base para novos estudos sobre a temática.

Referências bibliográficas

- Adsera, Alicia, e Barry Chiswick (2007), "Are there gender and country of origin differences in immigrant labor market outcomes across European destinations?", *Journal of Population Economics*, 20 (3), pp. 495-526.
- Cerdeira, Luísa, Maria de Lourdes Machado-Taylor, Belmiro Cabrita, Tomás Patrocínio, Rui Brites, Rui Gomes, João Teixeira Lopes, Henrique Vaz, Paulo Peixoto, Dulce Magalhães, Sílvia Silva e Rafaela Ganga (2016), "Brain drain and the disenchantment of being a higher education student in Portugal", *Journal of Higher Education Policy and Management*, 38 (1), pp. 68-77.
- Chamie, Joseph (2020), "International migration amid a world in crisis", *Journal on Migration and Human Security*, 8 (3), pp. 230-245.
- Chiswick, Barry (1978), "The effect of americanization on the earnings of foreign-born men", *Journal of Political Economy*, 86 (5), pp. 897-921.
- Chiswick, Barry, Yew Liang Lee, e Paul W. Miller (2005). "A Longitudinal analysis of immigration occupational mobility: A teste of the immigrant assimilation hypothesis", *International Migration Review*, 39 (2), pp. 332-353.
- European Commission (2017), *2017 Report on Equality Between Women and Men in the EU*, Bruxelas, European Union.
- Góis, Pedro, e José Carlos Marques (2018), "Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos", *E-Cadernos CES*, 29, pp. 125-152.
- Granovetter, Mark (1973), "The strength of weak ties", *American Journal of Sociology*, 78 (6), pp. 1360-1380.
- Haas, Hein (2007), "Turning the tide? Why development will not stop migration", *Development and Change*, 38 (5), pp. 819-841.
- Malheiros, Jorge (2011), "Portugal 2010: o regresso do país de emigração", *JANUS NET, e-Journal of International Relations*, 2 (1), pp. 133-142.
- Oaxaca, Ronald (1973), "Male-female wage differentials in urban labor markets", *International Economic Review*, 14 (3), pp. 693-709.
- Oliveira, Catarina, e Susana Neves (2017), *Emigrantes Portugueses e seus Descendentes no Mercado de Trabalho Europeu*, Lisboa, INE.
- Peixoto, João (2004), "As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas", *Socius Working Papers*, 11, Lisboa, Socius, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, ISEG, Universidade de Lisboa.

- Peixoto, João (2007), “Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal”, *Análise Social*, 42 (183), pp. 445-469.
- Peixoto, João e Catarina Egreja (2012), “A força dos laços fracos: estratégias de emprego entre os imigrantes brasileiros em Portugal”, *Tempo Social*, 24 (1), pp. 263-281.
- Peixoto, João, Isabel Oliveira, Joana Azevedo, José Carlos Marques, Pedro Góis, Jorge Malheiros e Paulo Miguel Madeira (2016), *Retorno ao Futuro: a Nova Emigração e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Gradiva.
- Pires, Rui Pena, Cláudia Pereira, Joana Azevedo, Inês Vidigal e Carlota Moura Veiga (2018), *Emigração Portuguesa: Relatório Estatístico 2018*, Lisboa, Observatório da Emigração e Rede Migra, CIES-IUL, ISCTE-IUL. DOI: 10.15847/CIESOEMRE052018
- Portes, Alejandro e Min Zhou (1993), “The new second generation: Segmented assimilation and its variants”, *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 530, pp. 74-96.
- Portes, Alejandro (1995), “Economic sociology and the sociology of immigration: A conceptual overview”, in: Alejandro Portes (org.), *The Economic Sociology of Immigration: Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*, Nova Iorque, Russell Sage Foundation, pp. 1-41.
- Sjaastad, Larry (1962), “The costs and returns of human migration”, *Journal of Political Economy*, 70 (5), pp. 80-93.
- Triandafyllidou, A. & Gropas, R. (2014). “Voting with their feet: Highly skilled emigrants from Southern Europe”, *American Behavioral Scientist*, 58 (12), pp. 1614-1633.

Anexo (quadros)

Quadro A1 Operacionalização das variáveis

Variável	Código de variável original	Operacionalização	Descrição
Idade	..	Variável numérica do projeto REMIGR "Em que ano nasceu?" (Q5).	Idade em anos
Sexo	Q6	Variável binária (<i>dummy</i>), em que 1 corresponde ao sexo masculino e 0 ao sexo feminino.	Sexo dos indivíduos
Língua oficial do país de destino	Q7	Variável binária, em que 0 corresponde aos países de língua oficial portuguesa e 1 aos países de destino com língua oficial estrangeira. Selecionaram-se três países de destino para representar cada uma das categorias. França, Luxemburgo e Reino Unido. Angola, Brasil e Moçambique. ⁽¹⁾	Países de destino dos indivíduos, diferenciados pela sua língua oficial.
Redes sociais	Q85	Variável binária, em que 0 corresponde à essência/utilização de redes sociais, mais precisamente laços fortes (familiares/amigos), na obtenção do emprego atual no país de destino, e 1 à inexistência/não utilização de redes sociais neste processo. Na categoria 1, inserem-se os indivíduos que obtiveram o seu emprego de uma das seguintes formas: recrutamento; destacamento; serviços de empregabilidade; resposta a anúncio ou criação do próprio emprego. ⁽²⁾	Relevância das redes sociais, mais precisamente dos laços fortes (familiares/amigos) na obtenção do emprego atual no país de destino
Tempo de estadia	Q8	Variável numérica construída a partir da variável "Em que ano veio viver para o país de destino?", tendo como referência o ano de 2015. Assim, 0 (valor mínimo) corresponde aos indivíduos que emigraram em 2015 para o país de destino, e 15 (valor máximo) corresponde aos que emigraram no ano de 2000.	Tempo de estadia no país de destino, em anos.
Escolaridade	Q33	Variável binária, em que 0 corresponde aos indivíduos com ensino superior, e 1 aos indivíduos com nenhum grau de escolaridade, ou escolaridade inferior ao ensino superior.	Escolaridade dos indivíduos

Notas (1) A opção metodológica encontra justificação no facto de (a) os seis países selecionados serem os principais países de destino dos inquiridos, e (b) de esta seleção permitir a eliminação de *outliers*. (2) A variável exclui qualquer outro tipo de apoio recebido por parte das redes sociais, uma vez que se pretende focar a análise ao mercado de trabalho.

Fonte Quadro elaborado pela autora com base no projeto REMIGR.

Quadro A2 Fatores determinantes do rendimento médio bruto

Variáveis explicativas	Beta	T	Significância
Sexo	0.248	13.269	0.000**
Idade	0.157	7.779	0.000**
Tempo de estadia	0.074	3.884	0.000**
Redes sociais	0.096	5.05	0.000**
Escolaridade	-0.374	-18.974	0.000**
Língua oficial	-0.142	-7.161	0.000**
		N	2216
		R ²	0.292
		R ² ajustado	0.290**
		F(6.2209)	151.972

Nota *p <0,05; **p <0,001.

Fonte Quadro elaborado pela autora.

Quadro A3 Variação do rendimento médio bruto, em euros, por país

	Países de língua oficial estrangeira			Países de língua oficial portuguesa		
	França	Luxemburgo	Reino Unido	Angola	Brasil	Moçambique
<i>RMBvar</i>	1.31	1.76	1.83	2.03	1.17	1.47

Nota A variação do RMB corresponde à diferença entre o rendimento médio bruto que os emigrantes auferem no país de destino e o rendimento que auferiam em Portugal. Assim, valores positivos correspondem a um ganho orçamental.

Fonte Quadro elaborado por Guerra, valores do projeto REMIGR.



Observatório da Emigração

O Observatório da Emigração é uma estrutura técnica e de investigação independente integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte, Instituto Universitário de Lisboa, onde tem a sua sede. Funciona com base numa parceria entre o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, do Iscte, o Centro de Estudos Geográficos, da Universidade de Lisboa, o Instituto de Sociologia, da Universidade do Porto, e o Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, da Universidade de Lisboa. Tem um protocolo de cooperação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Série	OEm Working Papers, 08
Título	Integração dos emigrantes portugueses no mercado de trabalho: determinantes do processo a partir da análise ao rendimento médio bruto
Autores	Mariana Guerra
Editor	Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa
Data	Outubro de 2021
ISSN	2183-5438 (online)
DOI	10.15847/CIESOEMWP082021
URI	

Como citar Guerra, Mariana (2021), "Integração dos emigrantes portugueses no mercado de trabalho: determinantes do processo a partir da análise ao rendimento médio bruto", *OEm Working-Paper*, 8, Observatório da Emigração, CIES, Iscte, Instituto Universitário de Lisboa. DOI: 10.15847/CIESOEMWP082021

www.observatorioemigracao.pt

cies _iscte
Centro de Investigação
e Estudos de Sociologia

